

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 022

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE ABRIL DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elío Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais, abaixo vem a presença de V. Exa., com urgência que o caso requer, solicitar encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná Jaime Lerner, solicitando medidas urgentes referentes aos contratos que a rede de mercados SONAE está firmando com os agricultores de toda a região metropolitana, onde estão sendo estipuladas taxas abusivas e exploradoras, deixando nossos agricultores em estado de alerta e, perdurando essa situação, certamente será a falência da agricultura em nosso estado, com reflexos imediatos em toda a economia paranaense.

Sala das Sessões, em 07.04.99.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI,

CESAR SILVESTRI,

JOSÉ MARIA FERREIRA,

TIAGO AMORIN NOVAES, NELSON GARCIA,

EDNO GUIMARÃES, EDSON PRACZYK,

CARLOS SIMÕES, NELSON JUSTUS,

VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO

MIRÓ GUIMARÃES,

MOYSÉS LEÔNIDAS, LUIZ CARLOS MARTINS,

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO,

EDSON STRAPASSON, EDGAR BUENO,

HIDEKAZU TAKAYAMA, WALDIR PUGLIESI,

CAÍTO QUINTANA, CHICO NOROESTE, RENATO

GAÚCHO, MARCOS ISFER,

DUÍLIO GENARI, ORLANDO PESSUTI,

ADEMIR BIER e ANTONIO BELINATI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam suspensos pelo Poder Executivo os acordos, contratos, convênios e quais quer outros incentivos fiscais ao Grupo SONAE radicados no Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.99

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

Tony Garcia, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Edson Strapasson e Orlando Pessuti.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/99

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Alterada a redação do Art. 1º da Resolução nº 017/93, adequando-se aos ditames do artigo 7º da Lei Federal nº 9709 de 18 de novembro de 1998, passando a vigor com as seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, no Município de Sengés, para que a população, tanto da área territorial a ser desembargada, como das demais áreas Territoriais do Município de Sengés, manifeste-se quanto a Criação do Município de Ouro Verde do Sul que terá as seguintes divisas:

Com o Município de Sengés:

Começa na foz do arroio Pessegueirinho, no rio Jaguaricatu, sobe pelo rio Pessegueirinho, até sua cabeceira mais alta, de onde, em reta alcança a Estrada Municipal 101, segue por esta em direção da Sede do Município de Sengés, até o divisor de águas do Ribeirão da Janela e córrego Capivari segue por este divisor, atravessando a Serra das Antas, alcançando a cabeceira de um afluente do Ribeirão São Domingos, desce por este afluente até sua cabeceira mais alta, desta segue em linha seca e reta até a cabeceira mais alta do rio Toca Feia, segue por esta sua foz no rio Itararé.

Com o Estado de São Paulo:

Começa na foz do rio da Toca Feia no rio Itararé, sobe por este e em continuação sobe pelo rio Bandeirantes ou Égua Morta, até sua cabeceira, daí em reta até a cabeceira do rio Itapirapuã, pelo qual desce até a foz do Ribeirão do Xaxim.

Com o Município de Doutor Ulisses:

Começa na foz do Ribeirão Xaxim, no rio Itapirapuã, sobe pelo Ribeirão Xaxim até sua cabeceira e daí, em área reta até a cumiada da Serra do Paranapiacaba, segue pela cumiada da Serra, em sentido Sudoeste até alcançar a cabeceira do rio Jaguaricatu.

Com o Município de Jaguariaíva:

Começa na cabeceira do rio Jaguaricatu, desce por este até a foz do arroio Pessegueirinho, ponto de partida.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.99

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa adequar a Resolução nº 017/93, aos preceitos contidos na Lei Federal nº 9709 de 18 de novembro de 1998, mais especificadamente em seu artigo 7º, que determina “in verbis”:

Art. 7º - Nas consultas plebiscitárias previstas nos artigos 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento, em caso de fusão ou anexação, tanto da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo, e a vontade popular se afetará pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

A Resolução nº 017/93, teve sua tramitação processual legislativa completa nesta Casa de Leis, merecendo aprovação do douto Plenário sendo que o plebiscito necessário não fora realizado pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral, norma esta promulgada nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123, do Regimento Interno deste Poder, com publicação no Diário da Assembléia nº 149, de 27/10/93 e no Diário Oficial do Estado de nº 4130, de 03/11/93.

O mérito da questão já mereceu profunda análise da Comissão da Constituição e Justiça, estando a proposição em condições de seguir seu curso, uma vez que já foram cumpridos todos os requisitos legalmente estipulados, necessários para a criação de um Município.

Em sendo assim, solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis à proposição que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa e meritória.

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 154/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

CAPÍTULO I **Área de Abrangência**

Art. 1º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - Zona Costeira Paranaense é o espaço geográfico delimitado pelos municípios de: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, compreendendo a Planície de Inundação Fluvio-Marinho, constantes dos ecossistemas de manguezais e de várzeas; da faixa marítima, até a Isotoba 23,50 e das florestas da Serra do Mar, compondo um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, de diversidade marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem o caráter de fragilidade.

II - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro PEGC é o conjunto de atividades e procedimentos

institucionais que, através de instrumentos específicos, permitem a implantação da Política Estadual para a região, orientando o processo de ocupação e utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado do Paraná.

III - Os municípios criados após aprovação desta lei, dentro do limite de abrangência do conjunto de critérios acima descritos, serão automaticamente considerados como componentes da Zona Costeira Paranaense.

Art. 2º - A zona Costeira, para o estabelecimento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro PEGC, apresentará a seguinte setorização:

I - Setor Costeiro da Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba;

II - Setor Costeiro da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba;

III - Setor Costeiro da Orla Marítima;

IV - Setor Costeiro da Área Especial de interesse Turístico do Marumbi;

V - Setor Costeiro do Interior;

VI - Setor Costeiro Especial do perímetro urbano da cidade de Paranaguá.

Parágrafo único - Os setores costeiro serão delimitados e caracterizados nos respectivos zoneamentos, podendo serem redefinidos de acordo com os estudos técnicos.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 3º - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro PEGC, tem por objetivo geral orientar o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, através de instrumentos próprios, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros em condições que assegurem a qualidade ambiental, buscando os seguintes objetivos específicos:

I - Obter um correto dimensionamento das potencialidades e vulnerabilidades da Zona costeira do Paraná;

II - Assegurar a utilização dos recursos naturais litorâneos, com vistas à sua sustentabilidade permanente;

III - Exercer efetiva fiscalização sobre os agentes causadores de poluição, sob todas as suas formas e ou de degradação ambiental, que afetem ou possam vir afetar a Zona Costeira;

IV - Possibilitar a fixação e o desenvolvimento das populações locais através da regularização Fundiária, de procedimento que possibilitem o acesso das mesmas à exploração sustentável dos recursos naturais e de assessoria técnica para implantação de novas atividades econômicas ou

para aprimoramento dos já desenvolvidos, observando-se a capacidade de suporte ambiental da região.

CAPÍTULO III

Das Ações e Diretrizes

Art. 4º - São as ações necessárias para o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro PEGC:

I - Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro e as respectivas normas para o planejamento ambiental da região, observado os setores descritos no artigo 1º;

II - Implantação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro SIGERCO;

III - Implantação de Programas de Monitoramento, com vistas à proteção, controle e fiscalização, recuperação e manejo dos recursos naturais da Zona Costeira;

IV - Desenvolvimento de Planos de Gestão de forma integrada com órgãos setoriais do Estado e articuladamente com os municípios.

Art. 5º - São diretrizes do Plano Estadual de gerenciamento Costeiro PEGC:

I - Proteger os ecossistemas, de forma a garantir no seu conjunto as funções ecológicas e a diversidade biológica;

II - Fomentar o uso adequado dos recursos naturais, de acordo com as potencialidades de uso e a sua capacidade de suporte, garantindo a estabilidade funcional dos ecossistemas;

III - Promover a melhoria das condições de vida das populações, fomentando a produção de tecnologias adequadas ao uso não predatório dos recursos naturais;

IV - Promover o aprofundamento de discussões com as comunidades costeiras, com vistas a conscientizar sobre as necessidades de harmonizar o uso e ocupação do solo com os recursos naturais a serem protegidos;

V - assegurar a mitigação dos impactos sobre a Zona Costeira e a recuperação de áreas degradadas;

VI - Assegurar a integração harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que influenciam ou que por ela são influenciadas.

CAPÍTULO IV

Dos Instrumentos

Art. 6º - São instrumentos do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro PEGC:

I - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro;

II - Sistemas de Informações do Gerenciamento Costeiro;

III - Programas de Monitoramento Ambiental;

e

IV - Planos de Gestão.

Art. 7º - O Zoneamento Costeiro Ecológico-Econômico é o instrumento de execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, que tem por objetivo orientar a ocupação e uso do espaço, compondo um instrumento interativo da gestão ambiental, com vistas a subsidiar ações de planejamento governamental e não governamental capazes de conduzir ao aproveitamento, manutenção ou recuperação de sua qualidade ambiental e potencial produtivo, em benefício produtivo, em benefício da população local.

Art. 8º - O Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro SIGERCO é o instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados e informações do programa servindo de fonte de consulta rápida e precisa para a tomada de decisões.

Art. 9º - O Monitoramento tem o propósito de acompanhar a evolução e condição ambiental da Zona Costeira, convergindo para a definição de indicadores e padrões de avaliação da qualidade ambiental.

Art. 10 - Os Planos de Gestão serão elaborados a partir dos conjuntos de projetos setoriais integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidos no zoneamento Costeiro Ecológico-Econômico, envolvendo a participação de representantes dos setores legalmente organizados, com envolvimento direto na Zona Costeira.

§ 1º - Para execução dos Planos, objeto desse Artigo, serão alocados recursos provenientes dos orçamentos dos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, bem como dos oriundos de Órgãos Federais e contribuições da iniciativa privada, mediante celebração de convênios e ou contratos.

§ 2º - Na consecução dos respectivos Planos, serão privilegiados as ações científicas e tecnológicas que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na Zona Costeira, notadamente naquilo que induza a introdução de modelos alternativos de utilização dos recursos naturais.

CAPÍTULO V

Das Competências

Art.11 - As responsabilidades atinentes à coordenação e execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC caberão à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em

estreita colaboração com os Governos Municipais Costeiros.

Parágrafo Único - No âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, será designada uma Coordenação Estadual por ato administrativo. A Coordenação Estadual será composta por uma equipe multidisciplinar do Instituto Ambiental do Paraná, através de uma estrutura matricial.

Art. 12 - O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, criará Câmara Técnica específica para acompanhar a implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro PEGC.

Art. 13 - Para custear as despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos especiais, até o limite de R\$3.000.000,00 (Três milhões de reais);

II - proceder à incorporação no orçamento vigente, das classificações orçamentárias (funcional-programática) incluídas pelos créditos autorizados no inciso, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares;

Parágrafo único - Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo, serão cobertos na forma prevista no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.99.

(a) ALGACI TULIO

PROJETO DE LEI Nº 155/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As receitas provenientes de multas previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, aplicadas por órgãos e entidades executivos de trânsito, estaduais e municipais, serão repartidas entre os entes na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º - Considerar-se-á para efeito desta Lei, como local da infração, o Município e que ocorrer o evento ensejador da autuação.

§ 1º - Para participar do rateio dos valores previstos nesta Lei os Municípios deverão integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º - Compõem as receitas a serem repartidas os valores decorrentes de multas aplicadas pelo órgão ou entidade de trânsito, independentemente da circunscrição que exerçam sobre a via onde haja ocorrido a infração

Art. 3º - Os valores das multas arrecadados por órgãos ou entidade de trânsito, de âmbito estadual, serão repartidos da seguinte forma:

I - 5% do valor será destinado ao fundo destinado à segurança e educação de trânsito;

II - 35% serão destinados ao órgão arrecadador ou à entidade de âmbito estadual com incumbência de atender às disposições do Código de Trânsito Brasileiro;

III - 60% serão destinados ao Município no qual ocorreu a infração, independentemente de quem seja competente para atuar sobre a via.

Art. 4º - O órgão ou entidade estadual de trânsito, para efeitos desta lei, deverá manter controle das infrações, especialmente, a data da infração, o Município em que ocorreu, o valor da multa e a data de seu pagamento.

Parágrafo Único - Os valores destinados aos Municípios deverão ser repassados no último dia útil do mês subsequente à sua arrecadação.

Art. 5º - Os valores das multas arrecadados pelos Municípios, por autuações realizadas por órgão ou entidade municipais de trânsito, pertencerão integralmente ao próprio Município.

Art. 6º - As receitas provenientes do disposto nesta Lei deverão ser aplicadas, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Código de Trânsito Brasileiro em vigor apresenta como fator determinante de sua eficácia as penalidades que o legislador estabeleceu para coibir infrações de trânsito. Entre essas, as multas, que, por seus valores significativos, estão a contribuir com os cofres públicos com elevadas quantias.

Por certo, a própria destinação dos recursos, previstas na codificação, pode e deve contribuir para uma melhoria das condições de tráfego nas vias públicas, seja através de obras de sinalização, ou de um planejamento do trânsito mais eficaz.

Com a implantação do pedágio, o Estado está se desincumbindo da implantação e conservação, especialmente, dos serviços de sinalização das vias, atuando, então, basicamente, na fiscalização e policiamento. Por essa razão, os custos da atividade do Estado em matéria de trânsito foi substancialmente reduzido.

Porém, aos municípios acrescentaram-se custos significativos por conta das exigências introduzidas pela lei, tais como a padronização de elementos sinalizadores e a efetiva sinalização das vias.

Decorre disso que a repartição das receitas provenientes das multas, por infração de trânsito, deve priorizar o ente municipal, afinal, é no Município que ocorrem os eventos que dão ensejo às autuações.

Tendo em conta isso a presente proposição visa a estabelecer critérios para uma adequada repartição de receitas na qual privilegiam os Municípios do Estado, para que estes possam fazer frente, com os recursos auferidos por esse meio, às demandas impostas pelo código de trânsito.

Assim sendo, essa Casa de Leis, identificada com as necessidades das comunidades paranaenses, representadas pelas municipalidades, deve contribuir para dotar o Paraná de uma regra legal pela qual as receitas originárias das multas por infrações de trânsito, arrecadadas por órgãos e entidades estaduais, sejam repartidas de modo a beneficiar prioritariamente os Municípios.

Desse modo, estará a Assembléia Legislativa dotando as Prefeituras de recursos, senão suficientes, ao menos de maior vulto, para que façam frente a esse grande desafio que é de colaborar para a diminuição do número de infrações, e, conseqüentemente, de vítimas nessa guerra que se transformou o trânsito em nosso País.

PROJETO DE LEI Nº 156/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam asseguradas aos policiais civis e militares do Estado do Paraná, as regras estabelecidas na Lei Federal nº 51, de 20 de dezembro de 1985.

Parágrafo Único - Fica também o Chefe do Poder Executivo autorizado a incluir no dispositivo mencionado no "caput", os agentes penitenciários estaduais.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo procederá o remanejamento orçamentário necessário para o cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei visa equacionar a atual legislação previdenciária estadual ao contido na Lei Federal nº 51 de 20 de dezembro de 1985 que versa

sobre os servidores de segurança pública federal, concedendo-lhes benefícios especiais.

Deve-se observar que o legislador constitucional através de Emendas 19 e 20 acolheu o enunciado da Lei indicada e que ora se pretende fazer prevalecer no Estado do Paraná, garantindo-se aos servidores da segurança pública estadual o mesmo tratamento consignado na Constituição Federal e na legislação própria.

A aprovação do Projeto autorizatório em muito beneficiará os serviços de segurança pública no Estado trazendo tranqüilidade aos policiais e suas famílias, bem como a toda a sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 157/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam excluídas dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que pratiquem atos ou ações econômicas lesivas a fornecedores de matéria-prima ou de produto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

Apoioamento:

Tony Garcia, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Hermas Bradão, Caíto Quintana, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Edson Strapasson, Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, senhores presentes.

Ocupamos esta tribuna pela primeira vez, fazendo um questionamento e trazendo nesta tarde, nesta Casa, uma abordagem em relação a um assunto que com certeza interessa a todos os senhores deputados, a toda imprensa e à nossa sociedade. Gostaríamos nesse momento de trazer um questionamento que estamos acompanhando já desde o final do mês passado, onde nos foi solicitado, através de representantes, comerciantes que fazem o fornecimento da Rede Mercadorama SONAE, que nos pediram através de entidades representativas, que fizéssemos uma intervenção junto ao Governo do Estado, de forma a conseguir o

apoioamento da Secretaria do Estado da Agricultura, para que eles fizessem uma análise mais profunda do contrato que ora estava sendo apresentado, e muitos deles sendo obrigados a assinar perante a Rede Mercadorama SONAE.

Queremos dizer que essa Rede SONAE, que tem investimentos fortes no Estado do Paraná, acabou adquirindo a Rede Mercadorama, e está adquirindo o Coletão; o Real também já foi adquirido, construiu uma nova loja - Big. E esses produtores da região Metropolitana, na sua grande maioria, pequenos agricultores, fazem já há muito tempo, o fornecimento de produtos agrícolas a essa Rede, em cima de um contrato de planejamento pré-estabelecido de muito tempo.

Recentemente foram surpreendidos com um novo contrato, que previa mudanças radicais na forma de pagamento e nos percentuais a serem descontados. Buscando audiência com o Secretário, tivemos o apoioamento, que de imediato, encaminhou e solicitou à Presidência do CEASA, que juntamente com as entidades acompanhou esse processo e juntamente também com outros deputados que também abraçaram a causa, foi o processo levado a um questionamento mais profundo junto à Rede SONAE.

Queremos dizer que as entidades que realmente estão envolvidas, buscam principal e fundamentalmente, a continuidade a viabilidade da agricultura na grande Região Metropolitana de Curitiba. Esse novo contrato que muda sensivelmente as cláusulas contratuais em relação à anterior, acabou atribuindo no contrato de fornecimento junto ao Mercadorama SONAE, ao invés do desconto de 3%, que era descontado até então, um novo desconto. Um desconto da ordem de 15%, atribuindo ao agricultor a responsabilidade de um desconto de 5,5%, na cadeia de abastecimento ou distribuição. Atribuiu também um novo desconto de 6%, na utilização do Rapel que é a utilização do espaço interno dos grandes mercados. 2% de verbas promocionais e 1,5% por cento na inauguração e aniversário de lojas.

O que pretende essa rede é descarregar em cima do nosso agricultor, já sofrido, sem margem de lucro, mas garantindo o maior lucro para a rede revendedora.

Minha gente, tentamos de todas as formas intervir, juntamente com as entidades, para que essa rede abrisse o diálogo em conjunto, para que os nosso agricultores tivessem a condição de discutir esse contrato em conjunto e não individualmente. Em todos os momentos fomos barrados, pela Rede SONAE entender que o contrato de fornecimento era um documento de interesse da parte individual e da rede. É normal que as grandes redes que vieram para a grande Região Metropolitana tenham

interesse em ampliar o seu mercado, já que detêm hoje mais de 60% da rede revendedora varejo da nossa região.

Não podemos deixar que os nossos agricultores não tenham condição de união, sociativismo e cooperativismo organizado fiquem sem argumento, por não terem condição mínima, nem juridicamente de analisar um contrato. Diga-se de passagem, um contrato de letras minúsculas e cláusulas leoninas que prevê todos os riscos para os fornecedores da nossa Região Metropolitana, e garante, fundamentalmente, para a rede revendedora, a garantia de lucro.

Temos que considerar que, muitos deles, acabaram assinando esse contrato obrigados, sob pena de informada pela rede SONAE, terem de pagar dois mil e quinhentos reais de multa para cada produto que quisessem vender, caso não assinassem o contrato até 31 de março deste ano. Além disso, as diferenças de percentual de 3% para 15% seriam cobradas retroativamente a janeiro desse ano, tendo os agricultores que desembolsar de imediato um alto custo inviável e impossível diante da realidade atual.

Queremos nesta tarde dizer que cabe uma intervenção forte e decisiva desta Casa perante o Governo do Estado para que o nosso governador assuma a defesa da nossa agricultura da Região Metropolitana e do Estado do Paraná. Caso contrário, será realmente cruel com a agricultura que já padece que passa por momentos difíceis, já que tivemos, pela alta do dólar, pela variação cambial, um incremento de mais de 30%, 40% no custo dos insumos agrícolas.

O agricultor precisa receber esse apoio. Tenho certeza que receberá de todos os Deputados, para que essa rede SONAE passe a dialogar em conjunto, para que permita que os nossos agricultores tenham o poder de se unir e discutir esse contrato, e, principalmente, para buscar uma fórmula que viabilize a agricultura da Região Metropolitana de Curitiba. É importante colocar que não se trata de uma questão única de alguns fornecedores, mas se esse processo virar moda, com certeza todas as redes de supermercados farão da agricultura a grande promoção, como acontece nos mercados, onde vemos produtos agrícolas sendo vendidos a preço simbólico, tendo do outro lado o nosso produtor a entregar esse produto a preço vil.

Minha gente, precisamos de uma fórmula com o apoio do governo que viabilize uma planilha de custo, que viabilize um plano de trabalho, para que tenhamos, acima de tudo, a continuidade da viabilização do homem no campo, para que ele possa continuar plantando e produzindo para alimentar toda a nossa gente e principalmente que não volte a ocorrer o grande êxodo rural

que o Paraná e o Brasil sofreram tanto, com o inchaço das grandes cidades que acabaram recebendo cargas violentas de pessoas que abandonaram o campo, abandonaram a vida de plantação, a vida agrícola para buscar, nas grandes cidades, o sonho, a esperança de uma vida melhor. Evidentemente na Europa, nos Estados Unidos o agricultor, a agricultura tem subsídio, porque o cidadão no campo custa para o governo muito menos do que custa o cidadão aqui nas grandes cidades.

Queremos colocar que nesta caminhada estavam presentes, semana passada quando estávamos em reunião, a participação dos Deputados Carlos Simões, Ângelo Vanhoni e acreditamos que a partir de hoje se somem nesta caminhada, realmente em defesa e pela manutenção e viabilidade da agricultura da grande Região Metropolitana.

A rede SONAE é bem vinda ao Paraná, com certeza, assim como são bem vindos os grandes investimentos internacionais, mas precisamos dizer que a rede SONAE é a primeira rede do comércio varejista da região Sul do País e é a terceira maior do País, e, logicamente, precisa de antemão estabelecer um critério de parceria e não de exploração para que amanhã não tenhamos o monopólio definitivo do comércio varejista, que certamente não trará benefícios nem ao agricultor e muito menos ao consumidor.

Era isto que queria colocar e solicitando aqui, nesta Casa, que encaminhe junto ao governador expediente, uma moção de apoio com todos os Deputados que certamente farão uso da palavra e vão colocar o seu posicionamento, para que possamos, definitivamente, dizer a esses grupos: Sejam bem-vindos para que possamos crescer, mas crescer juntos e não sermos explorados e massacrados para garantir o lucro monstruoso das grandes economias, das grandes redes que monopolizam o comércio e o setor estratégico do Brasil e do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Solicito aos agricultores que aqui estão que façam os seus aplausos, mas sem assobio, que não é muito bom. A gente quer prestar bem atenção nas palavras dos oradores e nas reivindicações dos agricultores. Em homenagem aos agricultores vou antecipar o Grande Expediente e aí serão permitidos apartes. O primeiro e único orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. agricultores da Região Metropolitana, Sul do Paraná, vejo aqui o Prefeito de Almirante Tamandaré que vem em apoio a esta luta titânica, difícil, que enfrenta hoje o nosso pequeno agricultor da Região

Metropolitana e Sul do Paraná. Está aqui o Vereador Samek que também faz parte do movimento, esteve em reuniões com agricultores no CEASA, Deputado Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson.

Estivemos no CEASA. Em alguns momentos o Deputado Companheiro Hermas Brandão acompanha o trabalho do CEASA. Companheiro Cidimar Presidente do SINDARUC. Tivemos já algumas lutas muito grandes lá, que é o Sindicato que representa os comerciantes da CEASA, aqui da capital do Estado, que ali estamos travando lutas bonitas em favor do comerciante que tem o box no CEASA, o da pedra, para quem não sabe, o comerciante da pedra do CEASA é o agricultor que vem da região Sul, vem de Contenda, Tijucas, Agudos, de toda a região, e ali ele se estabelece, monta o seu comércio, e dali ele ganha parte de sua vida.

Todos os prefeitos da Região Metropolitana, eu sei, da região Sul, estão nessa luta e aqui representados pelo Prefeito de Tamandaré, Cesar Monfron, nesta luta muito grande. É um momento importante para a Assembléia do Paraná, e foi minha sugestão quando numa reunião com parte dos agricultores, os plantadores da região metropolitana, que viéssemos aqui para esta Casa de Leis, esta Casa legítima que representa o povo do Paraná, tem aqui Deputados dos quatro cantos do Paraná, da cidade, do interior, da região metropolitana. E achamos por bem trazer esse assunto aqui para a Assembléia, para que o Paraná saiba em definitivo o que está acontecendo, as imposições que esse grupo português "SONAE", quer impor aos agricultores da região metropolitana, numa exploração, Sr. Presidente, sem precedentes na história do Brasil, que é lenda, mas do Paraná, com certeza.

Já tiveram o apoio, o mesmo grupo, da Empresa Tafisa, aqui em Piên, receberam o apoio amparo do Estado do Paraná. Vieram para cá, adquiriram o grupo Mercadorama, na seqüência o Real, na seqüência o BIG, agora do Coletão, e tem notícia de que o Mercado Condor também estaria sendo negociado. Os jornais estão trazendo isso, Srs. Deputados, as imposições que o grupo SONAE está colocando aos agricultores da Região Metropolitana, foram colocados pelo Deputado Strapasson com muita clareza. Na verdade, aumenta tudo em 15% e desconta tudo 15% em favor do grupo.

Tem uma cláusula, Srs. Deputados, esse é o contrato que estão obrigando o agricultor de Tamandaré, Colombo, São José dos Pinhais, Quitandinha, Pinhais, Piraquara, assinar. Olha uma cláusula aqui, cito aqui o número 3. Condições de pagamentos. Prazo: 45 dias, na verdade, 45 dias úteis, vai para 50 dias.

Pergunto a qualquer um que está aqui nesta Assembléia hoje: Se você compra fiado em qualquer loja do Mercadorama, em qualquer loja do Coletão,

só por esta regra os senhores têm uma idéia da imposição. Aí é o seguinte: aí eles descontam 5,5%, cadeia de abastecimento, crescimento do Supermercado, 6%; Rapel básico e por escalões de janeiro a dezembro, 2%, garantia de investimentos do grupo SONAE, e assim vai.

E tem mais um detalhe, conversando agora com o Paulo, Presidente da APROTIBA, Associação dos Produtores da Região Metropolitana, 10 dias, Srs. Deputados Samek, nosso Vereador, o mercado, o Coletão leva a mercadoria, se em dez dias estragar, eles devolvem e fazem o desconto. Aí eu perguntava: quantos dias dura uma alface, Deputado Pessuti, em condição de ser consumida e de ser comercializada?

Quantos dias dura uma alface?

Três dias, quatro dias e já se foi a alface. Ô Brasil, onde é que estamos? E pergunto aqui de público, já perguntei no meu programa de rádio e de televisão, será que o grupo Sonae age da mesma forma em Portugal?

Duvido. São outras regras. Será que ele age assim, Deputado Annibelli, na Alemanha, na Inglaterra? Não Senhor. São as regras de cada país. É que nós brasileiros, na verdade estamos acordando agora para dar valor ao que é nosso, ao que é brasileiro, ao que é caboclo.

Vem um estrangeiro qualquer entra, pisa, grita e nós sempre acabamos recebendo com carinho, com atenção e somos explorados de maneira vil. E chegou ao cúmulo, Senhores Deputados, e por isso esse assunto nós trouxemos para cá para que o Paraná saiba, para que os Deputados de Londrina, de Maringá, de Guarapuava, de Pato Branco saibam com clareza o que está havendo em Curitiba com essa Rede SONAE, rede internacional que estão sufocando e querem eliminar o comércio local. Mas, não vão conseguir. O Brasil já passou por momentos mais difíceis e o povo reagiu de maneira singela, simples, valente, quando necessário, e demos a volta por cima.

Cabe aqui também, Senhores Deputados, uma ação de truste contra a rede Sonae. O que quer dizer truste, "domínio de mercado, no entanto, pode o truste ser estabelecido com a finalidade de reunir sob a mesma direção várias empresas industriais ou comerciais, no sentido de imprimir orientação uniforme de preços". Tem Coletão, Mercadorama, tem o Big.

Antes dos apartes quero só contar uma passagem, aí, mexeram com gente grande. A empresa Coca-Cola, Deputado Waldyr Pugliesi. A rede Sonae anunciou no Big, fim de semana, Coca-Cola, mais barata, não sei se era 10 ou 15 centavos mais barata que a tabela de preço da Coca-Cola, de imediato a Coca-cola entrou com um processo, não cedeu o refrigerante. E claro, uma chamada nas

redes de televisão, lotou o mercado Big, chegando lá o povo, prefeito Cesar Manfron, não tinha Coca-Cola, só tinha Pepsi-Cola. E a empresa Coca-Cola entrou, Pessuti, com processo crime contra a Rede SONAE.

Agora, estamos reagindo, os agricultores estão unidos e tenho certeza, Senhores Deputados, aqui cada cabeça, cada ser humano nesta galeria são colonos, são agricultores que acordam 04 da manhã, 03 da manhã, Strapasson, para chegar ao CEASA, porque vêm os compradores da Região Metropolitana, se encontram no CEASA, é um trabalho fantástico, é um trabalho árduo, um trabalho difícil, é uma luta, não diria inglória, quase inglória.

Aí, na hora "H" eu fiquei até esperançoso, veio um grupo português para cá, de repente aumenta a competição, pelo contrário, acabou a competição, e, impondo regras desumanas aos agricultores da Região Metropolitana.

Concedo aparte ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Caro Deputado Carlos Simões, quero parabenizá-lo, como ao Deputado Strapasson Vereador Jorge Samek, Deputado Ângelo Vanhoni, e outros companheiros que se somam nesta luta.

E, gostaria de reforçar a sua denúncia porque isto não está acontecendo apenas com os agricultores, aconteceu com a Coca-Cola e tem acontecido com o empresariado paranaense que era fornecedor do Mercadorama, do Coletão e de tantas empresas paranaenses. E, os índices percentuais que constam deste contrato leonino e abusivo são piores ainda. Consta lá, por exemplo, um "rappel" de 10% para que estas empresas possam fornecer para este grupo Sonae.

Então, acredito que seja o momento de a Assembléia e de todas as lideranças paranaenses de unirem e irem à luta para ver efetivamente o que está acontecendo a partir do momento que este grupo, através de um truste ou através, principalmente de ser um grande comprador, comece a forçar os preços do nosso empresariado paranaense, comece a forçar os preços dos nossos agricultores.

Como bem disse Vossa Excelência, quando este grupo veio investir no Paraná, todos ficamos muito felizes e entendíamos que seria um gerador de empregos, que seria um grupo que viria para cá para competir com lisura, para competir em igualdade de condições.

Mas, o que estamos vendo, sem sombra de dúvidas, é uma atitude arbitrária, uma atitude leonina, mas principalmente, uma atitude que prejudica todo o povo paranaense. E, sugiro a Vossa Excelência, até mesmo a realização de um seminário na Assembléia para que as medidas cabíveis possam

ser tomadas pelo nosso empresariado, pelos nossos agricultores, por todos aqueles paranaenses que querem trabalhar no nosso Estado e aqui deixar a sua família crescer e viver bem.

O SR. CARLOS SIMÕES

Muito bem! Inclusive já foi encaminhado pela organização do movimento, já estiveram com o Secretário de Agricultura e não pude estar presente porque estava com pneumonia e ainda não estou bem, mas não poderia deixar de estar aqui hoje para, junto com os demais Deputados, protestar e encaminhar esta questão.

Já foi encaminhado ao Secretário de Agricultura, já foi encaminhado ao Governador do Paraná os documentos e, a partir deste instante a matéria que já era pública, se torna ainda mais aberta e as autoridades do Paraná, o Governador do Paraná, que ajudem os agricultores que são também seus eleitores da Região Metropolitana.

Concedo o Aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Sou da seguinte opinião, Deputado Carlos Simões, este negócio de ficar conversando fazer simpósio, não adianta nada. Tem que jogar de igual para igual.

A agricultura do Paraná não é palhaça deste grupo português.

(Aplausos)

O agricultor levanta de manhã, na cata do café, na apanha do algodão, ou seja em qualquer tipo de alimentação.

Quando ele chega num banco, é tratado de uma maneira porque ele é simples, humilde. Para chegar na mesa do gerente tem-se a impressão que está com câncer ou leproso.

Quando chega alguém deste grupo português ou qualquer outro, vem três mulheres lindas para atender, tapete vermelho, liberação à vontade, leva tudo, leva até o banco.

Agora, quando um agricultor do Estado do Paraná, que é um dos melhores Estados desse País, precisa de um empréstimo, nunca tem.

Para o "bacana" tem. Agora, o pequeno agricultor nem é chamado para sentar. O gerente pega o papel, olha e diz: tem uma resolução aqui, não sei de quem, não tem financiamento, não tem o dinheiro para comprar o produto para estercar a roça, adubo, inseticidas, o trator, o arado, não tem, o senhor venha aqui o mês que vem.

Aí chega lá, o cara dos portugueses, chega lá, olha quem está aí é o grupo da SONAE, veio buscar uma grana, pois não, tenha a bondade, sente-se, aí vem suco de laranja, vem pastelzinho, vem scargot, V.Exa. quer o quê? Ah, queremos um financiamento, compramos uma rede aí; não, não tem prob-

lema, assina aqui, vá buscar o aval lá do Carlos Simões, do Anibal, de quem quiser, vá, vá, já leva o dinheiro.

Então, só para ser breve e objetivo, concordo com o Deputado Marcos Isfer, sou muito independente nas minhas idéias, aquilo que eu falo na televisão eu falo aqui, não tenho rabo preso com essa rede, com vagabundo nenhum, entendeu.

(Aplausos)

Então, o negócio é o seguinte, acho, Deputado Carlos Simões, o senhor está feliz, o prefeito de Almirante Tamandaré está aqui, todos os prefeitos, o Strapasson que falou, acho que nós temos que convidar o meu amigo, meu irmão, o Deputado Orlando 'Pessuti que grita pela agricultura deste Estado e deste País, o Deputado Hermas Brandão que tem dado uma força, temos que colocar o Deputado Anibal Khury na frente, Deputado, o senhor tem que ir na frente, nós temos que pegar esses 54 Deputados e ir na frente, na frente, pegar o Annibelli que também fala pouco, curto e grosso e vamos à luta, mas olha é brincadeira, a Coca-Cola não entrou com processo, então vamos nos organizar, coloca um processo em cima desses caras, rapaz. Chega! O Paraná tem dono, rapaz! O dia, que acabar a agricultura a cidade vai comer o quê? Pedra, vai comer pedra.

(Aplausos)

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhores Deputados, este movimento está muito bem organizado, nós temos acompanhado, não todas as reuniões, mas a minha equipe está acompanhando, as reuniões, o SINDARUC, associações da região metropolitana e assim por diante.

Por isso é importante o manifesto de cada deputado trazendo aqui o seu aval, o seu compromisso de luta, de peleia, nesta hora importante, na hora do grito da Região Metropolitana que pela primeira vez sai um movimento de primeira qualidade com fundamento, com razão para enfrentar um grupo multinacional.

Agora, falou bem o Alborghetti, o Paraná tem dono, nós somos os donos do Paraná, o povo que mora aqui, não é um grupo, não. O Paraná tem dono e aqui a regra tem que ser assim. Temos com os agricultores algumas estratégias de bloqueio de alimento e isto, se não mudar, vai acontecer. Claro que não vamos colocar isto em público agora, até porque não é estratégico, mas tem, Senhor Presidente, estratégias de bloqueios de alimentos hortifrutigranjeiros para o abastecimento dos mercados de Curitiba.

O Sr. Hidekazu Takayama

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre companheiro Carlos Simões, ouço, entre um misto de surpresa e de indignação, o discurso que V. Exa. e o Deputado Edson Strapasson com denúncia a esta Casa de Leis.

Fico extremamente indignado. Nós que olhávamos com muito bons olhos a vinda dessas empresas do outro lado do mundo, mais especificamente Portugal, imaginávamos que elas viessem para cá para trazer o bem-estar social, para contribuir com o desenvolvimento deste país. Sabemos que Portugal é nossa nação co-irmã e esperávamos uma parceria que viesse colaborar com os mais sofredos, com aquelas pessoas com menores condições, com a classe dos agricultores já tão espoliada, sofrida, mas eis que ouço nesta tarde, com surpresa e indignação, a denúncia que V.Exa. e o Deputado Edson trazem a esta Casa.

Quero dizer a V.Exa. que me somo totalmente ao discurso de V.Exa.. Devemos todos nós nesta Casa, todos os 54 Deputados, e peço neste momento que V.Exa. encaminhe esse pedido à Presidência desta Casa, e junto ao governador, para que hajam medidas rigorosas para que comportamentos como esse não venham prejudicar mais a nossa classe dos agricultores. Me somo com o discurso de V.Exa. e quero dizer que vamos até a última instância. Nós que vemos o Mercadorama que deveria, e continuaria sendo o mercado que viesse atender não somente com melhores preços a nossa sociedade, mas atendendo ao pequeno produtor acaba tendo a sua imagem denigrada por um grupo que muitas vezes, olhando o lucro incessante, nesse capitalismo selvagem, prejudicar aqueles que estão sofrendo e continuam sofrendo.

Quero dizer a V.Exa., estou vendo aqui nesta Casa homens de luta, como o Vereador Jorge Samek e outros, que tenho certeza, estão aqui engajados nesta luta, quero me somar nesta luta para que essa situação não se perdue.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS SIMÕES

Quero comunicar aos agricultores que vamos formalizar agora um documento e vamos colher assinaturas dos Senhores Deputados, tenho certeza que vai ser unânime, para que, através do Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, seja encaminhado ao Governo do Estado para que ele tome uma posição em favor do Paraná, em favor dos agricultores do Paraná, e esse documento será assinado pelos Deputados, e será da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, encaminhado ao nosso Governador. Sai daqui um documento oficial pedindo urgência para que ele acerte, use o seu poder, do seu poder de autoridade maior do Paraná, e eleito pelo povo do Paraná.

O Sr. Moysés Leônidas Oliveira

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Carlos Simões, quero também cumprimentar V.Exa. e o Deputado Strapasson que trazem esse problema aqui. Queria nesse ato de apoio a Vossa Excelência cumprimentar e até deixar consignado algumas coisas também, que nós pensamos. É o momento, e acho que esta Casa é o fórum competente para se levantar essa questão. E quando a gente vê essa galeria lotada de pessoas que têm interesse e são da área, fortalece muito mais porque chama muito mais a atenção da autoridade.

O Estado do Paraná é um Estado com vocação eminentemente agrícola, é por isso que vem lá do exterior o grupo interessado em monopolizar aqui o que produzimos, em especial o que produzem os pequenos produtores. Agora, por que vem também o capital do estrangeiro? Ele vem para cá apostando na fragilidade das nossas autoridades e da falta de uma política definida para a agricultura. Então, quando encontra, em especial na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que é o Estado com vocação eminentemente agrícola, de uma terra abençoada por Deus porque se plantou tudo lá, e vê a reação de Deputados e de próprios setores do governo contrária e em favor do pequeno agricultor, acho que isso também dá um alento para que o produtor continue produzindo.

Quero dizer aqui que a cidade não vive sem o campo, o campo vive sem a cidade. Então, quem está nas grandes cidades, em especial nosso caso aqui da Região Metropolitana de Curitiba, precisamos dar a todos esses homens que lutam, e que ainda correspondem na grande esperança de salvação, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, que são as pessoas que estão ligadas à agricultura, precisa levar aqui desta Casa uma moção realmente de apoio, de total paternalismo com relação à classe e em defesa da categoria, para que possamos colocar o Paraná nessa posição que temos de destaque, como um Estado produtor.

Os governos precisam admitir, do Paraná e Federal, pela falta definida de uma política para a agricultura, em que o produtor rural seja respeitado. O produtor rural foi a grande coluna de sustentação para o Plano Real, em sacrifício da deterioração do valor das suas propriedades, do próprio produto. E, agora, o governo vira as costas e não dá uma atenção definida - o Federal - para que o produtor possa trabalhar em paz.

Essa questão específica, que Vossa Excelência trouxe aqui, merece todo o respeito. Quero aqui também, como cidadão vindo de Londrina, da região também produtiva do Estado do Paraná, o nosso Estado, onde a terra é também dedicada à agricultura na sua maior parte, dizer que estamos do lado da

agricultura, porque o Estado do Paraná é um Estado com vocação eminentemente agrícola.

Parabéns!

(Aplausos)

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhores Deputados, esse é o contrato que a SONAE está firmando com os agricultores. Muitos assinaram e estão tomando prejuízo. Vamos tentar via judicial anular o contrato. Esse é o tamanho da letra do contrato - é como naquelas antigas lojas que faziam crediário, nem como lupa conseguia-se ler. São quatro páginas, todas com letras miúdas, pequenas.

Sabemos que os agricultores são pessoas mais simples, que não têm tempo de estudar, trabalham de dia, de noite, sem parar, têm dificuldades e lhe faltam informações jurídicas corretas. Isso é verdade. São obrigados a assinar. Assinam ou não vendem. Vendem, dá prejuízo. É uma situação dramática.

Concedo um aparte, rapidamente, ao Deputado Augustinho Zucchi, também ligado à agricultura do Sudoeste do Paraná.

O Sr. Augustinho Zucchi

Fico satisfeito por saber que diante desse problema vemos que os interessados estão numa organização, que permite a possibilidade de um revés dessa questão.

Vou esquecer o Grupo SONAE ou o Mercadorama, ou quem quer que seja, porque quem está no jogo são eles mesmo - se puder fazer o contrato com 70% vão fazer. O que cabe, obviamente, em primeiro lugar: a que ponto o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, do próprio Governador, que podem ou não ter dado incentivo para que essa rede viesse para o Paraná, para que não façam com os nossos agricultores o que está acontecendo com a agricultura do Paraná.

Rogo a Deus para que esses nossos agricultores, daqui mais algum tempo, não tenham que dividir a atividade com milhares de outros agricultores, que estão saindo do interior do Paraná e estão vindo perto das grandes cidades, tentando melhorar sua atividade, coisa que é muito difícil acontecer.

Nós, aqui na Assembléia Legislativa, tem o Deputado Orlando Pessuti, que preside o Bloco Agropecuário, os Deputados que se pronunciaram, Vossa Excelência que é um Deputado da Região Metropolitana, que trabalha com essa questão, Vereadores da Capital, os Prefeitos, enfim, todos nós podemos somar esforços para que haja uma atitude determinada, para que se mostre ao Mercadorama, ao Grupo SONAE, a todo este grupo que está aí, que mesmo com todas as dificuldades que os

agricultores possam ter, se não mudarem o contrato, corre-se o grande risco de não ter esse produto na prateleira do supermercado, porque se tiverem a certeza de que esse produto estará lá, eles não mudarão de atitude, porque o que interessa para eles, obviamente, é o lucro, e quanto menos for pago ao agricultor, para eles maior é o lucro.

A nossa atitude é política e não vamos nos iludir que vamos entrar em termos comerciais para resolver o problema. O problema é de ordem política e de mobilização. Se os agricultores, mesmo aqueles que já assinaram os contratos e não vão entender, até porque sabemos que aqueles que assinaram o contrato, Deputado Carlos Simões, é porque precisam, é porque tem que vender, produzir. Não dá para segurar o produto lá, gastaram para produzir, estão devendo para todo mundo. É preciso sobreviver.

Mas, se a organização dos agricultores, juntamente com o poder político der a condição de termos a possibilidade de negociar através da Secretaria da Agricultura com a rede SONAE, teremos a possibilidade de ter alguma alternativa de solução. Se não, é realmente nós organizarmos os agricultores e mesmo com todas as dificuldades, não podem ceder a esta pressão de fazer o contrato do jeito que o mercado quer, mesmo que os agricultores tenham dificuldades, se não assinarem esse contrato.

Acho que temos que ter aqui um apoio de todos os Deputados, mas o Governo tem que se posicionar. E quero deixar claro aqui a minha posição: faço parte da base de apoio ao Governo. Todas as medidas que tiverem aqui na Assembléia, que beneficiem a agricultura, não tenho, absolutamente, nenhum problema de votar a favor, nenhum problema. Porque penso o seguinte: é lamentável o que está acontecendo com a agricultura - não do Paraná, do Brasil. E vamos ver milhares de agricultores dando as suas propriedades, como estamos vendo hoje. Agora, os que estão aqui produzindo, chega no momento de oferecer o produto a quem compra, há uma situação de exploração, viu, como Vossa Excelência falou, que nos causa indignação.

Contem com o nosso apoio. Acho que temos que fazer aqui um grupo forte, para que possamos tentar reverter isso que está acontecendo com os nossos agricultores da Região Metropolitana.

Obrigado!

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor Presidente, gostaria, com a sua permissão, de usar o Horário do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Horário do Grande Expediente, não é permitido.

O SR. CARLOS SIMÕES

Então, Senhor Presidente, só mais alguns minutos para concluirmos.

Esse documento já está sendo elaborado, vamos encaminhar oficialmente, via Assembléia, Presidência, Liderança do Governo, para que o Governador do Paraná, o Secretário de Agricultura, Deputado Zucchi, tomem posição. Queremos uma posição clara, pública, porque na campanha, nós, políticos, Governador do Paraná e políticos, temos posições públicas, contra ou a favor. Então, agora é a hora, e os agricultores querem uma posição em favor da agricultura da Região Metropolitana.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Carlos Simões, Vossa Excelência, ao término do seu pronunciamento, fala que o Governo tem que ter uma posição, e é por isso que peço um aparte a Vossa Excelência, para que eu possa colocar aqui a posição do Governo.

Há pouco, falava por telefone com o Secretário da Agricultura, que se encontra em Londrina, que esteve reunido com os pequenos agricultores que aqui estão.

O Secretário da Agricultura está em contato com a Associação dos Supermercados. Todos já aceitaram participar de uma negociação com os pequenos agricultores. E a conversa com a SONAE, com este grande grupo, está encontrando dificuldades. A SONAE está se furtando, se negando a participar das negociações. O Governo do Estado tem uma participação muito bem clara. Vai exigir que esta rede de supermercados participe da Associação de Supermercados, para fazer esta negociação com os pequenos agricultores.

Os esforços estão sendo feitos pelo Secretário da Agricultura. Tão logo ele volte de Londrina, entrará em contato novamente com a Rede SONAE, porque ele já tem o apoio da Rede de Supermercados.

Então, é esta a posição do Governo, e ele demonstra aqui o seu apoio ao movimento dos pequenos agricultores da Região Metropolitana. Agora, é importante que se diga: estamos tratando aqui com uma grande rede de supermercados. Como disse o Deputado Augustinho Zucchi: a mobilização, a organização dos pequenos agricultores e o apoio político dos Deputados e o apoio do Governo é muito importante para vencermos esse embate que estamos travando. Então os agricultores e os Senhores Deputados, que estão se manifestando favoráveis, podem contar também com o apoio do Secretário da Agricultura, da Liderança do Governo e com o apoio do Governador Jaime Lerner.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhores Deputados, só para ter uma idéia, da dificuldade que estamos tendo, que tem o pequeno agricultor de negociar com o grupo Sonae, até o Secretário da Agricultura não conseguiu dobrar o grupo Sonae. "Português cabeça dura". Tem que entrar o governador. Os agricultores de Araucária, sozinhos, um agricultor de Quitandinha, de São José dos Pinhais, não têm a mínima chance.

Por isso estamos nesse momento, nesse dia histórico, memorável, falo com tristeza. Não deveria ser assim. Deveríamos ter mais seriedade nesse país. O Brasil dos brasileiros, acima de tudo. Não sou contra capital estrangeiro, sou contra a exploração.

Gostaria Senhor Presidente, como já havia pedido que usasse a palavra por cinco minutos, o Sr. Paulo Ricardo Danova, que é o Presidente da Associação dos Produtores da Região Metropolitana, que quer também trazer a sua mensagem nesse momento histórico aqui na Assembléia do Paraná. Agricultores, o nosso abraço a vocês. Vai correr o documento aqui agora, será assinado e encaminhado oficialmente. O que está falado aqui, está documentado, e faço um apelo à imprensa do Paraná, que nem toda a imprensa tem dado cobertura devida e correta aos fatos que estão ocorrendo aqui, da região. Nem toda a imprensa está dando a relevância, da real situação que existe na Região Metropolitana.

Boa Sorte!

O SR. PAULO RICARDO DANOVA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros produtores, atacadistas e políticos. Boa tarde! Ontem o dia no CEASA, um colega contava uma história que passou com ele há poucos dias. Estava ele na sua plantação de tomate com a filha, quando começou a desabar uma chuva daquelas de lavar o mundo. Se abrigou ele com a filha, em baixo de uma lona preta, rezando, pedindo a Deus que não mandasse nenhuma chuva de pedra, porque seria o fim da sua plantação. Pois bem! Deus não mandou a chuva de pedra. Sabem por quanto ele vendeu a caixa de tomate? dois reais a caixa, sendo que o custo é de cinco reais. Boa parte desse tomate ele teve que jogar fora.

Essa é a situação do nosso produtor. Não estamos conseguindo o mínimo necessário para levar uma vida digna. No CEASA cada vez que vamos vender, é um exercício de humilhação. Vendemos nosso produto muito abaixo do custo e nem assim o comprador fica satisfeito. Vamos comemorar quinhentos anos desse Brasil, novamente sendo roubado pelos portugueses.

Quero aproveitar essa chance, Senhor Presidente dessa Casa e desafiar os Senhores Deputados, que a exemplo da França crie uma lei limitando o

tamanho dessas redes de hipermercados, que é o único jeito de sobrevivermos. Não queremos criar empregos para os portugueses, queremos manter o nosso e das nossas famílias. O nosso movimento não vai terminar aqui. Enquanto não chegarmos ao final dessa luta não vamos parar. Não estamos lutando por dinheiro, estamos lutando pelas nossas famílias, pelas nossas vidas. Para que todos os domingos muitos de nós estamos em nossas lavou-
ras trabalhando, colhendo nossos produtos, junto com nossas famílias, para que na segunda-feira a população tenha hortaliças frescas em suas mesas.

Queremos dignidade. Acompanhei todos os programas do horário eleitoral e foi constante o discurso de muitos Deputados que estão aqui hoje eleitos por nós, dizendo que eram pelo pequeno produtor. Hoje estou aqui para cobrar isso.

Muito obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de anunciar a presença do Prefeito de Vila Alta, Marcos, o Presidente da Câmara, José Carlos, e os Vereadores que o acompanham, Santos, Geraldo e Edson.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Caros amigos e amigas produtores da Região Metropolitana de Curitiba.

Nunca assisti o que estou assistindo hoje.

Há quinze anos atrás o Mercadorama era uma rede menor. O Lembrasul era uma outra rede. o Real era uma outra rede que existia de supermercado na Cidade de Curitiba. Há quinze anos atrás os supermercados daqui iam buscar produtos hortigranjeiros em São Paulo. Foi um duro trabalho dos pequenos produtores, de gente acostumada a lavar a terra, de gente acostumada a sofrer com o tempo porque Curitiba e Região Metropolitana construísem um cinturão verde para abastecer de comida os trabalhadores e a população da nossa cidade e Região Metropolitana.

Não é um problema apenas comercial, de uma relação comercial de uma empresa com os produtores, fornecedores de produto. O trabalho para constituir uma pequena empresa agrícola, produtora de tomate, de alface, de feijão é um trabalho que durou os últimos vinte anos. E com apoio do governo sistemático para que os pequenos produtores construísem esse cinturão verde na nossa cidade.

Sabe o que diz a cláusula do contrato do Mercadorama Sonae? Que os preços daqui de Curitiba, de repente, vão ser tomados, em alta escala, com os preços praticados em São Paulo. Isso significa o seguinte: que nesse contrato o Mercadorama Sonae está dizendo o quê, para nós? Olhem nós podemos, a qualquer momento, não mais comprar nenhum produto de vocês e passar a comprar produtos em alta escala no mercado de São Paulo, com os fornecedores de São Paulo.

O que isso traz para nós? Traz para a nossa cidade a falência de pequenos empresários. Traz mais desempregos para a nossa cidade. Traz menos arrecadação e uma péssima qualidade de vida, porque leva os pequenos produtores a miséria em Curitiba e Região Metropolitana.

Fora isso, se esse contrato fosse em inglês, se esse mercado Sonae fosse de uma companhia francesa, como o Carrefour, fosse de uma companhia americana ou inglesa, eu até estaria pensando o seguinte: esses gringos que vieram para cá, parece que não conseguem ler muito bem o português. Que não conseguem ver o que está acontecendo nos jornais e na imprensa do nosso país. Que o Brasil se mobiliza para que a escalada da inflação não volte a prejudicar ainda os pequenos assalariados do nosso país. E uma grande rede dessa, produto de uma internacionalização da nossa economia, que venha para cá, mas uma grande rede dessa vem, na realidade, impor, talvez, um aumento de mais de 15% nos produtos da cesta básica da família curitibana e da família paranaense.

Então acho que não basta somente hoje os senhores se mobilizarem. Tem aqui homens com mais de 60 anos de idade, tem jovens trabalhadores, tem prefeitos, tem vereadores, tem entidades que representam os pequenos produtores da Região Metropolitana. Acho que não dá, somente, Deputado Carlos Simões, é correta a sua iniciativa. Mas acho que isso não basta, precisamos ir um pouquinho além, porque tenho certeza que, se o Governador do Estado - através do seu Chefe da Casa Civil, passar a mão no telefone e dizer para o gerente, para o sócio-proprietário aqui da Região Metropolitana do Mercadorama-SONAE, que quer uma audiência com eles, solicitando a sua presença para que eles abram a possibilidade de negociação, tenho certeza que os pequenos produtores não vão ser mais obrigados a assinar esse contrato.

Para isso a minha proposta é uma proposta simples. Não podemos perder o momento. Vocês já tiveram aqui o apoio dos 54 Deputados, é preciso que a gente dê um basta! A minha sugestão ao Líder do Governo - Deputado Valdir Rossoni, meia hora a mais, meia hora a menos nessa luta não conta tempo nenhum. Temos o apoio de 54 Deputados, a minha sugestão é que o Deputado Valdir Rossoni entre em

contato com o Chefe da Casa Civil - o Sr. Pretextato Taborda, que é um homem sensível, que é um homem ponderado, que receba a comissão de vocês junto com uma comissão de Deputados assim que terminar a Sessão da Assembléia. Em 5 minutos nós, os Deputados, e as entidades que representam vocês oficializamos ao Governo do Estado este apelo que fazemos para que o governo interceda, não em nome de um produtor rural, mas em nome da economia popular da nossa gente. Não queremos inflação, não queremos desemprego e não queremos a falência dos pequenos produtores rurais. Cinco minutos de audiência com o Chefe da Casa Civil, Deputado Valdir Rossoni. Acho que para dar continuidade, porque aí marcamos e damos um espaço de tempo e se na semana que vem não tiver uma solução, vocês devem voltar, aqui, não somente com essas 500, 600 pessoas que se fazem presentes, mas com mil pessoas e vamos pedir o apoio do governo para fazer um grande trabalho de mobilização da sociedade para que não tenha um único produto e que ninguém compre mais do Mercadorama porque eles querem a inflação e o desespero da família dos paranaenses e dos curitibanos.

Com aparte o Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró

Ouçó suas palavras com atenção como ouvi aqui a manifestação de um número expressivo de Deputados desta Casa. Vejo que é um movimento sério, um movimento de pessoas de bem, de pessoas que produzem, de pequenos produtores que abastecem aos moradores da Região Metropolitana de Curitiba com aquilo que é gerado lá em suas propriedades. Só que o momento difícil que eles vivem está aqui mostrado, anunciado um contrato que foi firmado entre uma rede de supermercado e os produtores, de onde foram os produtores diretamente penalizados. Quero aqui dizer que uma das formas que tem para se alcançar o objetivo com determinação é a união e eles se uniram através da sua associação, através da diretoria do CEASA, através dos Deputados que hoje os 54 assinam, apoiando este movimento, o Presidente da Casa, enfim, há de ter certeza, Deputado, que o Governo do Estado está junto neste movimento para que os produtores não sejam penalizados, com a sua produção, com aquilo que tiram da sua terra para sustentar suas famílias.

Sou produtor e sei quanto é difícil produzir. Não depende só da gente, depende também de São Pedro. Se São Pedro não ajuda, a gente não consegue tirar o resultado da terra, o resultado da propriedade. Então quero dizer aos produtores, aos Deputados, àqueles que estão à frente deste movimento, que têm o nosso apoio, também, e de todos

os Deputados e com certeza, do Governo do Estado do Paraná, que quer o bem de todos os produtores do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

A sugestão que faço não precisa nem ser hoje. Mas que a liderança do governo sensível como é, com este problema, não precisa talvez nem marcar para hoje, mas que marque um bate-papo, porque o Secretário de Agricultura precisa saber, está em Londrina, os agricultores já falaram com ele, ele está empenhado nisso, ele precisa saber que agora a luta dos pequenos agricultores tem apoio dos 54 Deputados, do Presidente da Assembléia Legislativa, da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, e nós queremos sensibilizar, não é o governo, nós sabemos que o governo está junto conosco, mas queremos sensibilizar os empresários para que anulem esse contrato e abram negociações para que possa ser um contrato que tenha capacidade de garantir a produtividade, que tenha a capacidade de garantir a sobrevivência dos pequenos agricultores.

Essa reunião não precisa ser hoje, pode ser amanhã, mas que a gente aponte para o movimento a perspectiva de que o Secretário da Agricultura, de que o Chefe da Casa Civil vão estar junto conosco, tenho certeza que não vão se negar, como já vi hoje a manifestação do Líder do Governo, já vi a manifestação do Deputado Anibal Khury e dos demais deputados.

O Sr. Valdir Rossoni

Entrei em contato agora com o Chefe da Casa Civil, o qual não se encontra no Palácio, está viajando ao Rio de Janeiro neste momento, mas certamente receberá os agricultores e a Comissão de Deputados amanhã.

Então, gostaria que V.Exa. e os Deputados que estão participando deste movimento com a comissão de agricultores, logo após essa sessão, nos reuníssemos na Liderança do Governo, para marcarmos um horário que o Secretário, Chefe da Casa Civil irá receber os agricultores e os senhores deputados.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Passo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti porque é um dos representantes da agricultura aqui na nossa Assembléia, como foi Presidente da Comissão de Agricultura durante esses anos todos.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Vanhoni, quero cumprimentar V.Exa., e ao cumprimentá-lo, estender os cumprimentos também ao Deputado Carlos Simões e ao

Deputado Edson Strapasson, já que vocês três ocuparam a tribuna em nome desta Assembléia para manifestar aqui o descontentamento dos produtores rurais de Curitiba e Região Metropolitana, e cumprimentar todos os Deputados, aqueles que apartearam e aqueles que não apartearam, porque tenho certeza e convicção de que todos estão imbuídos do mesmo propósito que é rever este contrato, como disse V.Exa., o Deputado Strapasson, Carlos Simões, um contrato leonino que realmente fere qualquer bom princípio de relacionamento comercial entre uma rede de supermercado e entre um grupo de produtores rurais da nossa região.

É bom que se diga que nesta Assembléia ao lado dos companheiros parlamentares que aqui estão atuando nestes últimos 17 anos que nós estamos aqui, sempre procuramos realmente dar nesta Casa o espaço necessário à manifestação dos produtores rurais, seja na Comissão da Agricultura, no Bloco Agropecuário que presidimos, seja nos seminários e reuniões que realizamos.

E o dia de hoje é fundamental porque na realidade nós estamos vivendo um impasse muito grande, muito grande e altamente prejudicial aos interesses dos produtores rurais de Curitiba e Região Metropolitana.

Não podemos admitir e disse bem, V.Exa. o Deputado Edson Strapasson e os demais, o que precisamos ter agora é ação política e por isso louvo a postura do Líder do Governo de tomar a iniciativa em atenção ao que sugeriu V.Exa., o Deputado Strapasson, de ter uma reunião com o Chefe da Casa Civil, que é quem conduz a política do Governo do Estado.

É necessária a presença do Secretário da Agricultura? É. Mas, neste momento é uma decisão política que tem que ser adotada pelo governo, envolvendo a Secretaria da Agricultura, Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor, Ministério Público envolvendo até se for o caso a Secretaria de Segurança Pública, porque não podemos admitir que o grupo SONAE venha a Curitiba para implantar aqui os seus negócios, e assim procedendo tente, com as condições que impõe, eliminar os negócios e o trabalho produtivo de centenas, de milhares de produtores.

Há muitos anos atrás, lá nos Estados Unidos, o Presidente Roosevelt já via a agricultura com olhares muito mais carinhosos do que estão vendo os portugueses do SONAE, neste momento. Lá ele já dizia: "Se a cidade se queimar, os campos a reconstruirão, mas se os campos se queimarem, as cidades irão morrer."

Nós não podemos permitir que esse trabalho que teve a participação do nosso amigo Hermas Bradão como Secretário da Agricultura, que tem na pessoa, por exemplo, do Secretário da Agricultura

de Colombo, cuja Prefeita, Elizabete, também aqui está; cujo ex-Prefeito, hoje Deputado Strapasson, ele na condição de Secretário Municipal, esse trabalho que a EMATER fez, que o IAPAR fez, que o CEASA para que tivéssemos esse maravilhoso cinturão verde, para que pudéssemos nos livrar, mais um vez, de São Paulo, deixando a condição de 5ª comarca lá para 1853, não pode agora o grupo SONAE vir aqui e querer acabar com tudo isso.

Tem a nossa solidariedade como Presidente do Bloco Agropecuário, como Líder da Bancada do PMDB, tem a nossa solidariedade como médico veterinário, como extencionista rural da EMATER e como filho de um pequeno produtor rural. Estamos juntos nesta caminhada e desde a semana passada, quando alertado do problema pelo meu amigo Batata, lá de Cerro Azul, iniciamos também contato com outros amigos da Região Metropolitana e aí ficamos sabendo que o Deputado Strapasson, o Deputado Simões e V.Exa. já estavam participando ativamente e nós, neste momento, nos somamos a V.Exa. dizendo: estamos ao lado dos produtores rurais para que possamos, numa ação política desta Assembléia, numa ação política do Governo do Estado, modificarmos esse contrato, porque ele arrebenta com os produtores rurais de Curitiba e Região Metropolitana.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, Deputado Orlando Pessuti.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Achei importantíssimo o Deputado Valdir Rossoni entrar no plenário agora e trazer essa notícia maravilhosa...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Foi dentro daquilo que o senhor estava propondo. Então, acho que temos que fazer um gesto.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

O País não vai para frente por causa da burocracia. Marca uma reunião, olha nós vamos resolver, vamos fazer, marca para o outro dia, do outro dia marca para o outro dia... e não resolve nada. Então o importante é isso que o Deputado Rossoni falou, o que o Deputado Orlando Pessuti falou e que todos os senhores falaram nesta tarde e o que V.Exa. está falando, e o que o Deputado Rossoni lá, sente com o Chefe da Casa Civil e diz: o que vai ser resolvido? Quem manda aqui é o Brasil ou é Portugal? Tem que definir. Porque eu me lembro do Presidente Truman, num dos seus pronunciamentos, dizia: "O homem que trai a família, trai o seu melhor amigo, a mulher trai a família, trai a sua melhor amiga". Se o

Governador do Paraná trair um agricultor, estará traindo toda a agricultura do Paraná.

(Aplausos)

Estamos juntos até morrer. Aqui quem manda é o Brasil. Aqui quem manda é o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Por último, para encerrar, me permitam senhores e senhoras, produtores rurais, Senhores prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores:

Só quero dizer que quando estive ontem naquela assembléia, lá no CEASA, junto com o Deputado Strapasson e o Deputado Carlos Simões, o João Leme...

Concedo um aparte ao Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim Novaes

Meu caro Vanhoni, obrigado pelo aparte.

Nós estamos vivendo uma situação realmente delicada e apoiamos este movimento também dos agricultores honrados e trabalhadores da Região Metropolitana, meu caro presidente Anibal Khury, e vivemos também, nós que representamos Cascavel, o Oeste do Estado do Paraná junto com o Deputado Litro e há pouco estivemos reunidos no Palácio do Governo e vivemos uma questão em Salto Caxias, onde estamos também, tentando de todas as formas, encontrar uma saída também para os agricultores de Salto Caxias que hoje estão aqui neste Plenário.

Apoiamos os agricultores desta Região Metropolitana e, como Deputados e Cascavel e do Paraná, também estamos levantando esta bandeira da região de Salto Caxias e procurando, acima de tudo, dar uma resposta plausível a estes homens do campo, a comerciantes que estão se sentindo lesados, e com certeza, já estamos recebendo o tratamento do Governo do Estado do Paraná.

Então, contem conosco também neste movimento em relação aos agricultores da Região Metropolitana.

(Aplausos)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, para concluir.

Ontem, quando estava lá no Ceasa e um dos organizadores estava fazendo um relato de todo o trabalho que está sendo feito para a conscientização dos pequenos produtores, dos atacadistas, dos fornecedores da Rede de Supermercados Mercadorama Sonae, disse na oportunidade que contava

com o apoio de 3 Deputados: Deputado Strapasson, Carlos Simões e Ângelo Vanhoni, e, lembro-me que disse o seguinte: "Na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tenho a certeza que esta bandeira será de todos os Deputados" E, transmito aqui aos Senhores Deputados, a alegria que hoje os pequenos produtores e produtores de ortifrutigranjeiros da região metropolitana de Curitiba, têm pelo apreço que tiveram, pela manifestação por parte da Assembléia como um todo, na defesa de sua causa.

Agradeço, em nome dos produtores, as palavras de todos os Deputados, porque esta não é uma luta de um partido ou um Deputado, é uma luta da agricultura e daquilo que é justo, daquilo que é honesto, daquilo que deve ser feito nas relações comerciais na nossa cidade ou em qualquer cidade do nosso País.

Muito obrigado, um abraço a vocês e, assim que terminar a sessão, a comissão deve se reunir junto com os Deputados, comigo, o Strapasson, o Carlos Simões e outros Deputados, na Liderança do Governo.

Um abraço para vocês. firmes na luta!

(Aplausos)

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Só quero comunicar aos agricultores, às organizações que o documento que formalizamos já está na mesa, protocolado pelo Senhor Presidente, com assinaturas pedindo intervenção do Governador do Paraná, do Secretário da Agricultura, uma postura pública em favor dos agricultores da Região Metropolitana.

Este documento foi subscrito por todos os Deputados desta Casa, que por unanimidade assinaram e estão apoiando os agricultores da Região Metropolitana. Viva!

(Aplausos)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto foi esgotado mas, apenas venho a esta tribuna, para, numa rápida colocação, pedir que esta Comissão, Deputado Valdir Rossoni, que vai conversar com o Secretário chefe da Casa Civil amanhã, com respeito aos pequenos produtores de hortifrutigranjeiros aqui da Região Metropolitana, inclua nela representantes dos comerciantes da região Oeste e Sudoeste do Paraná que estão acampados em frente ao Palácio do Governo para definitivamente termos uma solução por parte do Governo e da COPEL, sobre o pleito desses senhores que são pequenos comerciantes e que estão na busca, reivindicando um direito que lhes cabe, fazendo parte este direito inclusive de um protocolo assinado pela COPEL antes da construção da própria usina, que eu gostaria até que o Deputado Nereu Moura lesse

para que esta Casa tivesse ciência de que esses senhores não estão pedindo nada mais do que o atendimento de um direito previamente estabelecido.

O SR. NEREU MOURA

O que tenho em mãos, Deputado Caíto Quintana, é o xerox de um documento que foi elaborado no GEM-Grupo de estudos multidisciplinares, elaborado pela própria COPEL como critério para compensação financeira nas atividades comerciais, além dos mil e quinhentos metros de barragem de Salto Caxias. A COPEL se propôs a fazer a indenização e depois voltou atrás e não voltou mais a reunir o GEM que era para, definitivamente, estabelecer quem tinha o direito de receber a indenização.

A primeira proposta da COPEL dizia o seguinte: área de abrangência, todos os municípios que fazem parte do reservatório. O tempo, desde que o comerciante estivesse estabelecido até julho de 93 lá na região. Atividade, todas as atividades ligadas a agropecuária e demais atividades também que tivessem comprovação contábil e fiscal. Grau de perda, maior que 30%, analisada a partir de 1993. Comprovação de renda dos comerciantes, até 3 salários mínimos, tinha que ter alvará de licença expedido pela Prefeitura ou documentos comprobatórios.

Acima de três salários mínimos prova fiscal e contábil.

Estes itens foram estabelecidos pela própria COPEL e nós fizemos uma reunião do GEM e estamos aguardando a outra reunião, que é para justamente para definir quais os comerciantes teriam direito de ser indenizados.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Perfeito. Fiz questão, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de neste instante usar a tribuna e pedir que sejam incluídos esses representantes dos agricultores daquela região e que o Deputado Nereu Moura lesse o acordo prévio estabelecido para que possamos dar fim a isto também.

Pergunto-me, Deputado Valdir, que instrumentos temos hoje de proteção ao pequeno agricultor, ao pequeno comerciante, ao pequeno trabalhador, enfim, as nossas próprias instituições, se não cumprimos o estabelecido? Eu vejo aqui hoje, meus prezados amigos da Região Metropolitana, produtores de hortifrutigranjeiros, nós estamos todos satisfeitos porque vamos fazer uma reunião com o chefe da Casa Civil amanhã. No entanto...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Convido os lavradores, agricultores que ainda estão aqui que permaneçam no local que a Assem-

bléia tem importantes medidas a tomar. Serão anunciadas após o discurso do Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Perfeito, estou concluindo, Sr. Presidente. A única coisa que temos que ter é uma posição forte, política, do Governo, para poder proteger o interesse do pequeno produtor de hortifrutigranjeiros, porque o grupo de supermercados está fazendo o jogo de quem compra, mas para nós, Poder Público, temos que fazer...

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Presidência agradece a presença dos agricultores, como agradece a Pedro Álvares Cabral de ter descoberto o Brasil por Portugal; como agradece a D. João VI pela abertura dos portos brasileiros que negociavam com a Europa comercial naquele tempo. Mas isso não quer dizer, nem vale dizer, que alguns maus portugueses, eu respeito Portugal, eu respeito a maioria portuguesa, venha ao Paraná explorar os agricultores. Pretendemos, Deputado Carlos Simões, e Srs. Deputados, tomar medidas paralelas às do Governo do Estado, nós temos poderes para isso e vamos tomá-las. A Comissão Executiva decidiu que a Procuradoria Geral da Assembléia entrará com recurso à Delegacia de Crimes contra a Economia Popular e à Delegacia de Estelionato; que na realidade o grupo português, que eu discordo do orador dos agricultores, não representa a maioria de Portugal, tenta por todos os meios fraudar, é fraude o que estão fazendo com os agricultores. Por isso, tomamos algumas medidas, Delegacia do Estelionato, do Consumidor, vão ser acionadas pela própria Assembléia, e outras medidas. Sabemos que pertence ao grupo SONAE a indústria que se instalou em Piên, TAFISA, com benefícios e incentivos fiscais do Estado do Paraná.

O primeiro projeto, que vai ser apreciado hoje, em 1ª discussão, é uma resolução proposta pela Comissão Executiva, e, sondadas todas as Lideranças, e apoiam. O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura da Resolução.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suspenso pelo Poder Executivo os acordos, contratos, convênios e quaisquer outros incentivos fiscais ao Grupo SONAE radicados no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em, 07.04.1999

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

E ainda um projeto de lei dirigido àquelas firmas que desejam implantar fábricas no Paraná, mas que não tenham entendido o objetivo da lei de incentivos fiscais.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê): Projeto de Lei nº

Súmula: Exclui dos benefícios concedidos pela lei nº 9895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas que pratiquem ações danosas aos produtores paranaenses.

Art. 1º - Ficam excluídas dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1.992, as empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que pratiquem atos ou ações econômicas lesivas a fornecedores de matéria-prima ou de produto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.1999.

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Essas medidas adotadas pela Assembléia, dentro da sua competência, serão votadas imediatamente. E o projeto de resolução, que é atribuição e competência da própria Assembléia, a sua 1ª Discussão ainda será votada na Sessão de hoje e vou submeter a votos essa Resolução.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura da Resolução a ser votada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê) - 1ª Votação do Projeto de Resolução a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decreta: Art. 1º - Fica suspenso pelo Poder Executivo os acordos, convênios e quaisquer outros incentivos fiscais ao grupo SONAE, radicados no Estado do Paraná; Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio 19 de Dezembro, em 07 de Abril de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devo esclarecer a todos os presentes, os deputados sabem que o grupo SONAE instalou uma fábrica de compensados especiais, no Município de Piên, com incentivos fiscais. A partir dessa res-

olução, e se o grupo SONAE não concordar em discutir com os agricultores e lavradores, por iniciativa própria deles, a negociação que deve se estabelecer em benefício dos lavradores, porque os contratados que eles estão apresentando aos lavradores é verdadeiro estelionato.

Nós vamos votar hoje. Peço aos Senhores Deputados a dispensa de todas as exigências regimentais para a votação dessa resolução.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Permite-me um Aparte?

(Assentimento)

Quero dizer aos senhores agricultores, que no Nordeste existe uma ave que tem o hábito de cuidar da agricultura e da pecuária, chama-se carcará. O Presidente desta Casa, Vossa Excelência demonstrou não ser uma águia. O senhor acabou de resolver todos os problemas, hoje, nesse momento. Vossa Excelência é como carcará: pega, mata e come. Esta solucionado o problema.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Consulto às Lideranças se a votação do projeto de resolução está dispensado aos dispositivos regimentais.

(Consulta aos Deputados)

Com a manifestação unânime das lideranças, certo de que a Assembléia do Paraná usa sua prerrogativa, própria, inerente ao Poder Legislativo, vou submeter à 1ª Discussão o projeto de resolução.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto de resolução, que defende a agricultura paranaense, principalmente da Região Metropolitana, conservem-se como estão.

Aprovado por unanimidade.

(Aplausos)

O projeto de lei que disciplina os incentivos fiscais será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao senhor agricultor, Presidente, Antônio Ricardo.

O SR. ANTÔNIO RICARDO

Boa tarde! Queremos saudar, agradecer e parabenizar o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, parabenizar os Deputados que estão conosco nesta luta: Deputado Edson Strapasson, Carlos Simões, Ângelo Vanhoni, Hermas Brandão, Plauto Miró, Luiz Accorsi e todos os Deputados que manifestaram o seu apoio nesta luta, em nome das nossas entidades.

Quero agradecer também a presença dos Prefeitos da Região Metropolitana do Estado, dos Vereadores, Secretários Municipais, técnicos da EMATER, empresas agropecuárias que estão nesse

apoio ao nosso movimento. Agradecer aos Vereadores de Curitiba, estivemos ontem lá na Sessão da Câmara e os mesmos deram apoio ao nosso movimento.

Nosso muito obrigado!

Quero fazer também um agradecimento especial aos nossos fornecedores, a todos os agricultores que estão aqui presentes.

Senhor Presidente, além deste movimento que começa crescer hoje no Estado do Paraná, o Estado do Rio Grande do Sul, onde a rede SONAE já detém também 70% das redes dos grandes mercados, os agricultores, as entidades também começam um movimento forte de organização, porque também fica a sede da Rede SONAE no Brasil. O Estado de São Paulo também entra nesta empreitada e os demais Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro - também já tem 70% do Grupo SONAE gerenciando os mercados maiores, também estão nesta luta.

Queremos parabenizar Vossa Excelência, Presidente, obrigado por esta oportunidade, e todos os Deputados, em nome das organizações e instituições representativas: a PASEMA - Associação dos Secretários Municipais da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; o SINDARUC - Sindicato das Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado do Paraná; a FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná; a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná; a FEPAR - Federação Paranaense das Associações de Produtores; a APOTIBA - Associação dos produtores do CEASA de Curitiba; e a AOPA - Associação de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná.

O nosso muito obrigado por esta oportunidade.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson.

O SR. PASTOR EDSON

Senhor Presidente, ilustres Deputados.

É uma honra estar estreando na tribuna nesta tarde e vivendo as alegrias desta, acredito eu, merecida vitória, esse passo preparado para o grupo de agricultores e produtores do nosso querido Paraná. E ao mesmo tempo, estando feliz por essa decisão que acredito, extremamente justa e dirigida por Deus, através da pessoa do Excelentíssimo Deputado Anibal Khury e dos Parlamentares.

Mas, venho a esta tribuna para registrar a minha indignação, como disse e repito, por um lado muito feliz com a vitória do primeiro passo dos nossos agricultores, mas indignado com um fato que se desencadeou na Cidade de Dois Vizinhos, mais pre-

cisamente na cidade do meu amigo e companheiro Litro. Uma grande discriminação, infringindo assim, a nossa Carta maior, a nossa Lei Federal. Um Pastor - e não estou aqui porque tratou de desencadear esse fato com um pastor - mas uma pessoa que foi levar a um preso uma palavra de otimismo, de fé, a pedido de sua mãe que estava desesperada porque ele estava detido numa delegacia.

Quando esse pastor foi fazer a visita ao sair, o delegado, Dr. Tadeu, da cidade de Dois Vizinhos, lhe perguntou a que denominação ele pertencia. Ele falou - eu pertenço a denominação "A". - O Senhor tem credencial ou algum documento que prove isso? - Desde quando para se fazer uma visita a uma pessoa a pedido de um familiar desesperado, precisa-se de alguma formalidade? Já feita a visita o delegado lhe perguntou - Cadê os seus documentos? - Eu não tenho documento que me identifique como um pastor, até porque eu sou um pastor secundário e não disponho de uma credencial específica para isso. - Então o senhor está preso por falsidade ideológica. Deteve o colega pastor por quase duas horas e meia na delegacia. -Então, deixa eu ligar para o meu advogado, ligar para o pastor que é responsável por minha região. Não apenas foi negado o direito de ele se comunicar, como também ele foi ironizado, ridicularizado, humilhado, você não tem direito nenhum, nem de fazer ligação nenhuma. Vá chamar a sua liderança. Vá chamar o seu líder, "O Pedir mais Cedo". E ele ficou detido duas horas e meia. Não estivesse ele acompanhado por uma obreira, uma auxiliar, voluntária da igreja, e a mesma tivesse entrado em contato com o advogado da igreja, que é amigo do Exmo. Deputado Litro. E o Deputado então interferiu naquele prolongamento de humilhações. Ligou para o delegado e falou - libera o pastor. Só depois dessa intercessão, é que o pastor foi liberado. Ainda muito importante, o pastor estendeu a mão com o advogado presente e disse - olha, o delegado, muito obrigado! E o delegado se recusou a pegar na mão dele e disse - não vou lhe pegar na mão, porque não lhe reconheço como droga nenhuma.

Então eu fico questionando o meu coração. Alguns dias atrás, uma pessoa amiga, muito amiga, uma pessoa que admiro muito aqui, deputado também, me perguntou a razão maior, porque eu como pastor me propus a disputar as eleições. Eu disse - uma das razões, não é apenas essa, é garantir a liberdade de culto, a liberdade religiosa, a liberdade de se professar a fé. Ele disse - Mas isso já é garantido por lei.

E prova é como isso havia necessidade de se ter alguém que olhasse, que se preocupasse por esse aspecto, está o exemplo do que aconteceu no Município de Dois Vizinhos. O delegado, ainda impune e só liberou o pastor por causa da intercessão de um parlamentar.

Fico me perguntando, e se fosse um camarada que tivesse fazendo esse trabalho de solidariedade, de fé, e ele não tivesse nenhum conhecido na Casa. Ele estaria até agora, de repente, sendo humilhado. Concordo plenamente e faço minhas as palavras do deputado Alborghetti, quando ele diz que temos a melhor polícia do Paraná, temos os melhores Parlamentares do Paraná, temos a melhor Casa de Leis do Paraná, temos o melhor grupo de trabalhadores rurais. Temos tudo de bom! Mas infelizmente em todo e qualquer segmento tem os pilantras, mau caráter, tem os que infelizmente vêm denegrir a posição a qual lhe foi conferida.

Então quero registrar nessa Casa de Leis a minha indignação, não porque ele faça parte de um segmento Evangélico, mas poderia fazer parte de qualquer segmento religioso, por que eu entendo da seguinte forma: No momento em que eles afetam um espírito por exemplo, eles me afetam também. No momento em que eles atingem um Católico Apostólico Romano, ou do movimento carismático, se eu ficar calado amanhã eles estarão ferindo a minha fé.

Quero registrar a minha indignação, a minha revolta. Faço até um apelo, de além de registrar aqui, que isso venha chegar por linhas oficiais ao conhecimento do Secretário de Segurança do Estado.

O Sr. Hidekazu Takayama

Hoje esta Casa deu uma lição de solidariedade, de preocupação por aqueles que são discriminados, que sofrem, por aqueles que, na verdade, constroem a nossa sociedade, mas que muitas vezes são discriminados por grupos poderosos.

Gostaria de me somar ao discurso de Vossa Excelência, e pedir que sejam tomadas providências de uma representação junto ao Delegado Geral do Estado, ou do Secretário de Segurança Pública para que esse mau delegado seja repreendido.

E que sirva de exemplo, pois vivemos em uma democracia. Não há maior instituição que tenha contribuído para a melhoria do Estado, para recuperar vidas que não tinham a menor perspectiva, não digo nem de sobrevivência, mas de uma recuperação junto a essa sociedade, do que o trabalho que as igrejas vêm realizando. E com uma vantagem, sem ônus para o Estado. quando vemos pessoas sendo discriminadas ainda, ficamos preocupados.

Que este pedido sirva, seja de forma exemplar para que outras pessoas investidas no poder, como esse delegado vem usando, para discriminar e trazer prejuízo para a nossa sociedade.

Parabéns pela denúncia que Vossa Excelência faz, pois são posturas como essa que nos ajudam a

ficar atentos, como guardiães de uma sociedade que precisa melhorar.

Parabéns, Deputado Edson Praczyk.
Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

A própria história registra de um dos maiores cânceres da sociedade foi a era do nazismo.

E o nazismo começou exatamente desta forma. Primeiro a perseguição contra a raça negra, em seguida contra os homossexuais e foi tomando conta do mundo.

Se hoje, a exemplo dessa figura, delegado de Dois Vizinhos, que com abuso de seu poder, de sua autoridade, não apenas discriminou, mas humilhou, ofendeu a Constituição, ofendeu a fé, se ele não for punido, isso dará margem a tantos outros casos.

O Sr. Chico Noroeste

Obrigado pelo aparte.

Vossa Excelência poderia ir até mais longe. Não devendo, portanto, ficar apenas na indignação. Poderia utilizar de meios que a legislação permite, que o Regimento desta Casa permite. Ir mais longe, de repente, um requerimento, até aprovado por essa Casa de Leis e encaminhado ao Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, no sentido de que seja averiguado, seja confirmado e pedir que o delegado tome as medidas cabíveis a este mau delegado, como falou o Deputado Takayama.

Estou me colocando à disposição para subscrições qualquer proposição neste sentido.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Não apenas agradeço, como também vou abraçar essa sugestão com muito carinho e acredito que seja a forma até mais sábia para tal situação.

Quero agradecer aos Deputados e me desculpar caso ainda não tenha o hábito dos termos técnicos os quais Vossas Excelências estão acostumados.

Obrigado.

O Sr. Nereu Moura

Vossa Excelência saberia dizer o nome do Delegado?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Delegado José Tadeu Inocêncio Belo, do Município de Dois Vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje tivemos a oportunidade de assistir uma demonstração do desespero, assistir a aflição de pequenos produtores rurais que produzem na Região Metropolitana de Curitiba.

E queria, neste momento, saudar ao Presidente Anibal Khury pela atitude que tomou porque a grande verdade é que tudo que está acontecendo é em função da famigerada política econômica do Governo Federal. Foi em nome dela que nos foi vendida a globalização que iria resolver todos os problemas, que era o único caminho a ser seguido, aqueles que não seguissem estariam fora do desenvolvimento, estariam atrasados no tempo e com o passar do tempo, pouco tempo, Senhores Deputados, já podemos ver e assistir que tudo aquilo que foi vendido pela política econômica do Governo Federal está fazendo água.

Tive oportunidade de gravar o programa do meu Partido - PPB, que está indo ao ar nas suas inserções onde prego a revitalização econômica do nosso Estado em função da influência que houve por parte da política econômica do Governo Federal. E hoje estamos assistindo o desespero dos pequenos produtores rurais. Mas sabemos: foi vendida a grande maioria dos ativos do nosso país em nome da globalização. Assim foi o Sistema Telebrás, foi o Vale do Rio Doce, assistimos negociações bastante esdrúxulas, como no processo e privatização do Sistema Telebrás quando o Poder Público vendia e o Poder Público emprestava o dinheiro através do BNDES e o mesmo Poder Público avalizava através da Carta de Fiança do Banco do Brasil.

Mas, isto era a modernidade, isto era o progresso e isto era o caminho que nos ofereciam. E todos aqueles que se posicionavam contra imediatamente eram tachados de neobobos, de catastrofistas, de atrasados e hoje pudemos assistir, aqui, o desespero dos pequenos produtores da Região Metropolitana de Curitiba. Mas digo, senhores, o desespero é de todos os produtores do Paraná nas suas diversas áreas: agricultura, na área madeireira, na área industrial, na área de comércio. Vejam os Senhores, os supermercados - o Demeterco, o Real, o Coletão foram comprados pelo Sonae! A nossa indústria, orgulho de todos os paranaenses, foi vendida para a Eletrolux, a Prosdócimo, a Refrigeração Paraná. O BAMERINDUS que era o banco dos paranaenses também foi vendido para os ingleses e assim por diante. Houve o sucateamento de todas as atividades que eram de propriedade nacional, que eram de brasileiros e que eram de paranaenses, em função da política econômica do Governo Federal. Nós já tivemos problemas em função da globalização com o MERCOSUL, do leite, que acabou com a maioria dos produtores de leite do nosso Estado, quando através de importações do MERCOSUL, de leite que vinha lá da Europa com altos subsídios

desestimulando e acabando com as atividades do nosso Estado. E a qualidade dos serviços em nenhum momento melhorou. Nós estamos assistindo ao “apagão”, as reclamações do sistema de telefonia, quando as pessoas não são atendidas ou quando são cobradas taxas exorbitantes.

Hoje mesmo recebi uma conta telefônica e via lá, Sr. Presidente, informação serviço de informações, tarifação, 4 reais por 2 minutos. E o que fazem? O que faz mais precisamente aquela concessionária do serviço de telecomunicações do Paraná. Ela edita listas telefônicas por regiões. Então, a minha região, a região de Guarapuava, tenho a lista da região de Guarapuava, não tenho a lista da região Norte, Noroeste, Sul, Sudoeste. E, quando peço uma informação assim como todos os paranaenses pago a bagatela, nobre Deputado, de 2 Reais o minuto.

Então, coloco toda esta situação no sentido de parabenizar a atitude hoje tomada por esta Assembleia, e também para que formemos uma Frente Parlamentar em defesa da economia paranaense, porque as coisas começaram a acontecer agora, e se não fosse tomada uma atitude como esta, e outras atitudes deverão ser tomadas com muita rapidez, não tenham dúvidas, que o pouco que resta da nossa economia vai sucumbir.

É claro que os pequenos produtores que hoje aqui estiveram da região metropolitana não têm poder de fogo para negociar com o grupo SONAE.

Estes produtores precisam de respaldo político, eles precisam de representação política, ou como poderia se dizer na gíria popular, eles precisam de “bala na agulha”, para poder negociar com esses negociantes, comerciantes internacionais.

Então, quero neste momento saudar mais uma vez a todos os Srs. Deputados e esta Casa pela atitude que tomou, e tenho certeza, Sr. Presidente, o Senhor que preside neste momento a Assembleia Legislativa do Paraná, o senhor que foi Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná e também um dos responsáveis pela vinda de empresas para o Paraná, a atitude que hoje a Assembleia do Paraná tomou vai repercutir em todo o Brasil, e é importante que repercuta, nós aqui do Paraná temos que dar o grito, o grito em defesa dos nossos interesses e dizer bem alto: “Que nós não somos contra estrangeiros vir investir no nosso estado e no nosso país, não somos”! Não somos contra. Somos favoráveis. Mas, vamos defender os interesses de todos os paranaenses e de todos os brasileiros. Em nenhum momento poderemos deixar que pequenos produtores, pequenos industriais, pequenos comerciantes, médios comerciantes e mesmo grandes produtores e grandes comerciantes sejam massacrados pelo poder econômico, que vem com recursos lá de fora, com juros de 5 a 6% ao ano, competir com

empresas nacionais que têm que pagar juros de até 50% ao ano.

Por isso faço este desabafo numa atitude de respeito a todos os Senhores Deputados, que numa decisão por unanimidade, praticamente revogam aqueles incentivos que foram concedidos a um grupo que veio, se instalou, recebeu benefícios fiscais e através de um de seus braços econômicos tenta massacrar, tenta acabar com uma atividade que foi e que continua sendo um grande esteio da economia paranaense que é a agricultura, principalmente os pequenos produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente **Apoiado**, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoio, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 029/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Banco de Promoção Humana de Toledo-PROVOPAR, com sede e foro no Município de Toledo. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 044/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Araponguinha e Região - AMOPAR, com sede e foro no Município de Arapongas. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99).**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Serviço Social, com sede e foro na Cidade de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. Appreciar neste turno

o SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, requerimento nº 456, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Cesar Silvestri, José Maria Ferreira e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 8, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 036, 037 e 061/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 003, 072, 117, 121, 131 e 132/99.

Levanta-se a sessão.